https://doi.org/10.20336/rbs.1207

Articulações socioespaciais: a trialética bourdieusiana como perspectiva relacional à mensuração quantitativa da vulnerabilidade urbana

Sociospatial articulations: the bourdieusian trialectic as a relational perspective on the quantitative measurement of urban vulnerability

Articulaciones socioespaciales: la trialética bourdieusiana como perspectiva relacional para la medición cuantitativa de la vulnerabilidad urbana

Fernando Kulaitis*

* Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.
Doutor em Sociologia (UFPR, 2013). Professor associado do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina.
fernandok@uel.br

RESUMO

O artigo examina as limitações estruturais dos índices quantitativos de vulnerabilidade urbana e propõe a análise de articulações socioespaciais como alternativa epistemológica orientada para processos. Argumenta-se que mensurações quantitativas, apesar de sua sofisticação técnica, incorrem em homogeneização de lógicas causais distintas, reificação de categorias sociais, captura de estados estáticos em lugar de processos dinâmicos, desatenção às variações de escala geográfica e invisibilização de formas diversas de vulnerabilidade. Em alternativa relacional, propõe-se operacionalizar a trialética espacial de Bourdieu/Wacquant, que distingue espaço simbólico, espaço social e espaço físico, para compreender vulnerabilidade como resultado de articulações entre esses três espaços. O modelo de articulações socioespaciais refere-se à intensidade e natureza das correspondências entre dimensões, podendo produzir tanto acúmulo de desvantagens (articulação negativa) quanto de privilégios (articulação positiva) ou situações de ruptura e potencial transformação (desarticulação). O modelo oferece instrumentalidades analíticas para diagnóstico diferenciado de contextos urbanos, identificação de mecanismos de vulnerabilização e privilégio e análise de trajetórias temporais de territórios e grupos, evitando binarismos e permitindo o reconhecimento da agência de populações vulnerabilizadas. Conclui-se que a análise urbana de vulnerabilidades e privilégios se beneficia de uma compreensão de como ambos são coconstituídos através de operações simultâneas nos três espaços, o que sugere agendas empíricas voltadas tanto à reanálise crítica de índices de vulnerabilidade quanto à investigação de processos como gentrificação, enclaves de privilégio e periferias estigmatizadas.

Palavras-chave: vulnerabilidade urbana, articulações socioespaciais, trialética espacial, segregação urbana, estigmatização territorial.

ABSTRACT

This article examines the structural limitations of quantitative urban vulnerability indices and proposes the analysis of socio-spatial articulations as an epistemological alternative oriented toward processes. It is argued that quantitative measurements, despite their technical sophistication, incur homogenization of distinct causal logics, reification of social categories, capture of static states rather than dynamic processes, inattention to variations in geographic scale, and invisibilization of extreme forms of vulnerability. As a relational alternative, it is proposed to operationalize the spatial trialectics of Bourdieu/Wacquant, which distinguishes symbolic space, social space, and physical space, to understand vulnerability as resulting from articulations between these three spaces. The concept of socio-spatial articulation refers to the intensity and nature of correspondences between dimensions and can produce either accumulation of disadvantages (negative articulation) or privileges (positive articulation) or situations of rupture and potential transformation (disarticulation). The model offers analytical tools for producing differentiated diagnoses of urban contexts, identifying mechanisms of vulnerability and privilege, and analysing temporal trajectories of territories and groups, thereby avoiding binary classifications and allowing for the recognition of the agency of vulnerable populations. It is concluded that urban analysis of vulnerabilities and privileges benefits from an understanding of how both are co-constituted through simultaneous operations across the three spaces, which suggests empirical agendas oriented both toward the critical re-examination of vulnerability indices and the investigation of processes such as gentrification, privileged enclaves and stigmatized peripheries.

Keywords: urban vulnerability, socio-spatial articulations, spatial trialectics, urban segregation, territorial stigmatization.

RESUMEN

El artículo examina las limitaciones estructurales de los índices cuantitativos de vulnerabilidad urbana y propone el análisis de las articulaciones socioespaciales como alternativa epistemológica orientada a los procesos. Se argumenta que las mediciones cuantitativas, a pesar de su sofisticación técnica, incurren en la homogeneización de lógicas causales distintas, la reificación de categorías sociales, la captura de estados estáticos en lugar de procesos dinámicos, la falta de atención a las variaciones de escala geográfica y la invisibilización de diversas formas de vulnerabilidad. Como alternativa relacional, se propone poner en práctica la trialética espacial de Bourdieu/Wacquant, que distingue entre espacio simbólico, espacio social y espacio físico, para comprender la vulnerabilidad como resultado de las articulaciones entre estos tres espacios. El modelo de articulaciones socioespaciales se refiere a la intensidad y la naturaleza de las correspondencias entre dimensiones, pudiendo producir tanto una acumulación de desventajas (articulación negativa) como de privilegios (articulación positiva) o situaciones de ruptura y transformación potencial (desarticulación). El modelo ofrece herramientas analíticas para el diagnóstico diferenciado de contextos urbanos, la identificación de mecanismos de vulnerabilidad y privilegio, y el análisis de las trayectorias temporales de territorios y grupos, evitando los binomios y permitiendo reconocer la capacidad de acción de las poblaciones vulnerables. Se concluye que el análisis urbano de las vulnerabilidades y los privilegios se beneficia de una comprensión de cómo ambos se co-constituyen a través de operaciones simultáneas en los tres espacios, lo que sugiere agendas empíricas orientadas tanto al reanálisis crítico de los índices de vulnerabilidad como a la investigación de procesos como la gentrificación, los enclaves de privilegio y las periferias estigmatizadas.

Palabras clave: vulnerabilidad urbana, articulaciones socioespaciales, trialética espacial, segregación urbana, estigmatización territorial.

Introdução

Nas últimas décadas, a produção de indicadores e índices de vulnerabilidade social adquiriu centralidade crescente nas políticas públicas e em parte importante da pesquisa aplicada sobre desigualdades urbanas. Esse movimento não é casual. Indicadores permitem organizar informações heterogêneas, produzir comparações territoriais, identificar áreas prioritárias para intervenção e acompanhar variações ao longo do tempo, o que os torna particularmente úteis em contextos de planejamento estatal, monitoramento e focalização de políticas sociais (Santagada, 1993; Costa *et al.*, 2018).

No caso brasileiro, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido no âmbito do IPEA (Costa *et al.*, 2018), constitui exemplo expressivo desse esforço de tradução de múltiplas dimensões da questão social em instrumento comparativo de diagnóstico territorial. Ao propor a agregação de indicadores em eixos como infraestrutura urbana, capital humano, trabalho e renda, o IVS fornece uma base descritiva útil para comparação territorial e apoio à formulação de políticas públicas.

Reconhecer essa utilidade, contudo, não implica tomar índices sintéticos como instrumentos suficientes para compreender sociologicamente a vulnerabilidade urbana. Convém distinguir, desde o início, entre mensuração quantitativa em sentido amplo, indicadores sociais, índices sintéticos e os usos analíticos ou administrativos desses artefatos. Um índice é uma forma específica de agregação de variáveis e dimensões, construída para determinados fins e apoiada em decisões de seleção, padronização, ponderação, comparabilidade e escala (Santagada, 1993; Camargo & Daniel, 2021).

O problema, portanto, não reside na existência de índices em si, nem no emprego de métodos quantitativos como tal, mas no risco de que esses instrumentos sejam mobilizados como descrição suficiente de processos que são históricos, relacionais e multiescalares. Nesse ponto, a crítica aqui proposta recai menos sobre a existência dos índices e mais sobre seus usos sociológicos, políticos e administrativos (Camargo & Daniel, 2021).

O argumento não é que índices e indicadores sejam destituídos de valor heurístico ou operacional, tampouco que toda quantificação recaia necessariamente em reificação. A hipótese, mais circunscrita, é que índices sintéticos de vulnerabilidade apresentam limites quando são convocados a apreender a produção social da vulnerabilização urbana,

isto é, os mecanismos pelos quais classificações simbólicas, distribuições desiguais de capitais e formas diferenciadas de apropriação do espaço se reforçam reciprocamente.

Nesses casos, a redução de processos heterogêneos a medidas agregadas tende a ofuscar causalidades distintas, comprimir escalas de análise e estabilizar como atributos territoriais ou grupais relações que são, na verdade, social e historicamente produzidas (Camargo & Daniel, 2021). Ou seja, a crítica recai sobre a diferença entre descrição agregada e compreensão relacional dos processos de vulnerabilização.

A partir dessa inflexão, o artigo propõe deslocar o foco da identificação de "territórios vulneráveis" para a análise dos processos de vulnerabilização e das articulações socioespaciais que os sustentam. Para isso, mobiliza-se a trialética de Bourdieu (2013) e Wacquant (2023) (espaço simbólico, espaço social e espaço físico) como base para uma leitura relacional da vulnerabilidade urbana, entendida não como propriedade intrínseca de pessoas ou lugares, mas como resultado contingente de operações simultâneas nesses três planos.

A argumentação desenvolve-se em cinco movimentos principais. Primeiro, examina-se as funções analíticas e administrativas que explicam a difusão contemporânea dos índices e explicitam-se seus limites para a apreensão processual da vulnerabilização. Segundo, discute-se por que a vulnerabilidade urbana exige um tratamento relacional, atento a mecanismos, trajetórias e escalas. Terceiro, apresenta-se os fundamentos conceituais da trialética e o modo como os três espaços se projetam, convergem ou divergem. Quarto, explora-se as implicações analíticas dessa perspectiva para a pesquisa e para as políticas urbanas. Quinto, discute-se os limites e as potencialidades do modelo, a fim de evitar que ele próprio seja reconduzido a novos binarismos.

Conclui-se que a análise urbana requer compreensão de como vulnerabilidade e privilégio são coconstituídos através de operações simultâneas nos três espaços, indicando a necessidade de metodologias etnográficas e processuais que articulem a reconstrução de mecanismos de vulnerabilização e privilégio, o acompanhamento de trajetórias temporais de territórios e grupos e o reconhecimento da agência de populações vulnerabilizadas. Esta perspectiva oferece fundamento teórico-metodológico alternativo para políticas urbanas transformadoras que simultaneamente

reduzam vulnerabilidades e contestem os privilégios que, através dos mesmos mecanismos, são continuamente reproduzidos nas cidades capitalistas contemporâneas.

O paradoxo dos índices quantitativos: sofisticação técnica *versus* limites analíticos

A expansão contemporânea dos indicadores sociais deve ser compreendida no interior de uma longa história de racionalização administrativa, produção estatal de legibilidade e busca por instrumentos comparáveis de intervenção pública. Nesse contexto, indicadores e índices cumprem funções relevantes: sintetizam informações complexas, favorecem o monitoramento, tornam visíveis desigualdades territoriais e permitem orientar prioridades de ação governamental (Santagada, 1993; Camargo & Daniel, 2021).

O próprio IPEA (Costa *et al.*, 2018) apresenta o IVS como um índice sintético construído a partir de indicadores capazes de expressar fragilidades sociais em diferentes escalas do território brasileiro, especialmente nas dimensões de infraestrutura urbana, capital humano e trabalho e renda, com vistas à descrição comparativa de situações de vulnerabilidade social e ao apoio à formulação de políticas públicas.

Esse reconhecimento é importante porque permite evitar uma crítica caricatural da quantificação. Como assinalam os estudos sociais da quantificação (Camargo & Daniel, 2021), medir, comparar e classificar com números nunca constitui operação puramente técnica ou neutra; trata-se de um conjunto de práticas sociais e institucionais ancoradas em convenções, decisões classificatórias e regimes de visibilidade pública.

A crítica aqui formulada à quantificação não é estranha à tradição bourdieusiana, mas tampouco coincide com uma recusa generalizada de métodos quantitativos. Nos trabalhos empíricos de Bourdieu sobre educação, cultura e espaço social, bem como nas etnografias urbanas de Wacquant, medidas e estatísticas são mobilizadas como instrumentos de pesquisa, mas são inseridas em uma estratégia relacional mais ampla (Bourdieu, 1979, 1997; Wacquant, 2008, 2023). O alvo principal não é o uso de números como tal, mas sua absolutização, quando indicadores e índices são tomados como

"a própria realidade" em vez de construções teóricas situadas, dependentes de convenções, escolhas classificatórias e recortes de escala (Camargo & Daniel, 2021).

Nesse sentido, a proposta de articulações socioespaciais converge com os estudos sociais da quantificação ao insistir que todo dispositivo de mensuração repousa sobre decisões acerca do que contar, como agregar e em que unidade espacial comparar (Santagada, 1993; Camargo & Daniel, 2021). Ao mesmo tempo, a trialética bourdieusiana desloca o foco da discussão para a questão de saber se e como essas escolhas permitem reconstruir processos de vulnerabilização e privilégio: em vez de perguntar apenas se os índices "medem bem" um estado de coisas, trata-se de indagar se eles contribuem para elucidar relações concretas entre espaço simbólico, social e físico.

O ponto decisivo é interrogar o alcance analítico de diferentes instrumentos e os efeitos de conhecimento produzidos por cada forma de mensuração. Nessa chave, a sofisticação técnica dos índices, usualmente expressa em procedimentos de seleção de variáveis, agregação, padronização e comparabilidade, não elimina o fato de que tais instrumentos operam mediante escolhas classificatórias e recortes específicos.

O paradoxo emerge quando essa sofisticação técnica passa a ser lida como suficiente para responder a uma questão que é também ontológica e sociológica: como a vulnerabilidade urbana é produzida? Índices sintéticos podem descrever distribuições, comparar territórios e sinalizar concentrações de desvantagens; têm muito mais dificuldade, porém, para reconstruir mecanismos, trajetórias e mediações entre processos sociais, classificações simbólicas e configurações espaciais (Costa *et al.*, 2018; Camargo & Daniel, 2021). A crítica aqui proposta se dirige, portanto, menos à quantificação em si do que aos limites dos índices sintéticos quando estes são mobilizados como acesso privilegiado ou exclusivo à dinâmica relacional da vulnerabilização urbana.

Os índices sintéticos de vulnerabilidade têm limites importantes para apreender a dimensão processual, relacional e multiescalar da vulnerabilização urbana. Tais limites tornam-se particularmente evidentes quando esses instrumentos, úteis para descrição comparativa e apoio à formulação de políticas, passam a ser mobilizados como se fossem suficientes para explicar, por si sós, a produção social das desigualdades urbanas (Costa *et al.*, 2018; Camargo & Daniel, 2021).

É nesse registro que se pode identificar cinco limites analíticos recorrentes dos índices sintéticos de vulnerabilidade quando tomados como matriz principal de inteligibilidade sociológica. O primeiro diz respeito à agregação de dimensões heterogêneas em uma única medida. Ao sintetizar variáveis relativas à infraestrutura, escolarização, renda, inserção ocupacional, mobilidade ou condições habitacionais em um escore único, o índice produz comparabilidade, mas também comprime lógicas causais distintas em uma mesma superfície de equivalência.

A operação é metodologicamente compreensível, mas pode ofuscar o fato de que cada uma dessas dimensões se articula a mecanismos específicos, temporalidades próprias e escalas diferenciadas de produção da desvantagem. Aqui, a crítica não recai sobre a agregação enquanto procedimento técnico em si, mas sobre sua insuficiência para dar conta, sem mediações adicionais, da dimensão relacional dos processos de vulnerabilização.

O segundo limite refere-se ao risco de reificação. Não se trata de afirmar que todo indicador reifica automaticamente a realidade que descreve. O problema surge quando categorias administrativas, estatísticas ou classificatórias passam a ser tratadas como propriedades substantivas de grupos ou territórios, e não como construções históricas e relacionais (Camargo & Daniel, 2021). Nesses casos, aquilo que deveria operar como convenção analítica ou critério administrativo tende a adquirir aparência de atributo intrínseco, estabilizando diferenças socialmente produzidas como se fossem qualidades próprias de populações ou lugares.

O terceiro limite diz respeito à baixa capacidade de reconstrução processual. Índices são particularmente eficientes para registrar estados ou variações entre momentos, mas menos aptos a reconstituir, por si sós, os mecanismos pelos quais vulnerabilidades são produzidas, deslocadas, administradas ou transformadas ao longo do tempo. Eles podem indicar que determinado território "melhorou" ou "piorou" em certo intervalo, mas não demonstram, sem apoio de outras estratégias analíticas, quais processos institucionais, econômicos, simbólicos e espaciais tornaram tal mutação.

O quarto limite refere-se à escala. A comparabilidade territorial, condição de possibilidade dos índices, frequentemente exige a fixação de unidades espaciais relativamente estáveis. No entanto, processos de vulnerabilização operam de maneira desigual conforme a escala observada: aquilo que aparece como homogeneidade em nível municipal pode conter clivagens decisivas

em nível intrabairro, quarteirão ou circuito de mobilidade cotidiana. Assim, a estabilização estatística da unidade territorial pode atenuar ou mesmo ocultar dinâmicas de microssegregação, fronteiras simbólicas e formas localizadas de acesso diferencial a recursos urbanos.

O quinto limite refere-se à seletividade das bases de dados e à consequente invisibilização de formas extremas ou pouco administrativamente capturáveis de vulnerabilização. Populações sem endereço fixo, migrantes em situação documental precária, pessoas em situação de rua ou grupos cuja experiência social escapa às rotinas cadastrais do Estado tendem a aparecer de forma residual, fragmentária ou simplesmente ausente em parte significativa dos sistemas de informação. Nesses casos, a limitação não decorre apenas de erro pontual de mensuração, mas do fato de que a inteligibilidade estatística depende de condições institucionais de registro e classificação que distribuem visibilidade de forma desigual.

Tomados em conjunto, esses limites não invalidam o uso de índices, mas sugerem cautela quanto ao seu estatuto explicativo. Índices sintéticos são instrumentos valiosos de descrição, comparação e apoio à decisão pública. O que se questiona aqui é sua suficiência para apreender uma realidade cuja lógica não se deixa reduzir à agregação de atributos, porque se constitui relacionalmente no cruzamento entre nomeações simbólicas, distribuições desiguais de capitais e inscrições diferenciais no espaço urbano (Wacquant, 2023).

Quando se designa um território como "vulnerável", opera-se uma transformação simbólica que marca aquele espaço (e seus residentes) de forma durável. Populações em situação de extrema vulnerabilidade frequentemente não aparecem em índices quantitativos pois carecem de endereço fixo ou não estão registradas em bases de dados administrativas. García-Araque e García-Cuesta (2020) identificam este fenômeno como "vulnerabilidade desapercebida", ou seja, formas de vulnerabilização tão extremas que se tornam invisíveis aos sistemas de mensuração. É justamente para enfrentar esse conjunto de problemas que a seção seguinte desloca o foco dos territórios classificados como vulneráveis para os processos de vulnerabilização e para as articulações socioespaciais por meio das quais eles se reproduzem.

Quadro 1. Limitações estruturais dos índices e implicações trialéticas

Limitação estrutural dos índices	Implicação trialética (espaço simbólico / social / físico)
1. Agregação de dimensões heterogêneas em um único escore	Ao comprimir lógicas causais distintas (trabalho, infraestrutura, escolaridade, mobilidade) em uma medida única, a agregação encobre como cada dimensão se articula de modo específico ao espaço social, simbólico e físico, dificultando a reconstrução de mecanismos diferenciados de vulnerabilização.
2. Risco de reificação de categorias administrativas e estatísticas	Quando categorias como "população vulnerável" ou "área de risco" são tratadas como propriedades substantivas, elas se estabilizam no espaço simbólico como rótulos, reforçam fronteiras no espaço social e podem produzir prejuízos de localização no espaço físico, convertendo classificações em estigmas territoriais duráveis.
3. Baixa capacidade de reconstrução processual	O registro de estados ou variações entre momentos não basta para explicar como vulnerabilidades são produzidas, deslocadas ou transformadas ao longo do tempo; a trialética permite conectar séries de indicadores a trajetórias de agentes e territórios nos três espaços, articulando mecanismos estruturais, institucionais e praxiológicos.
4. Problemas de escala e estabilização de unidades territoriais	A necessidade de comparabilidade leva à fixação de recortes espaciais (municípios, bairros, setores) que podem ocultar microssegregações, fronteiras simbólicas e circuitos cotidianos de mobilidade; a perspectiva trialética incentiva a combinar escalas e a analisar como as articulações socioespaciais variam entre níveis micro, meso e macro.
5. Seletividade das bases de dados e invisibilização de vulnerabilidades extremas ou "desapercebidas".	A dependência de cadastros e registros administrativos tende a excluir populações sem endereço fixo ou pouco institucionalizadas; a análise de articulações socioespaciais chama atenção para a produção simbólica da invisibilidade e para como determinadas posições no espaço social e físico escapam à legibilidade estatística, exigindo metodologias qualitativas complementares.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da ontologia da vulnerabilidade a uma perspectiva processualrelacional

Para compreender por que índices sintéticos têm alcance limitado para a análise sociológica da vulnerabilidade, é útil primeiro caracterizar o estatuto ontológico do próprio conceito. Porto (2011) propõe pensar vulnerabilidade em termos de processos de vulnerabilização, isto é, como resultado de relações sociais que sistematicamente expõem determinados grupos a riscos e os privam de recursos para enfrentá-los. Essa definição desloca o foco de "grupos vulneráveis" (forma substantivada) para "processos de vulnerabilização" (forma processual).

A implicação é clara: vulnerabilidade não é qualidade que um grupo ou território "possui", embora leituras baseadas exclusivamente em índices tendam a estabilizála como atributo territorial ou grupal. Em uma perspectiva processual, interessa identificar os mecanismos pelos quais certas configurações sociais e espaciais produzem, reproduzem e eventualmente transformam situações de exposição desigual a riscos e acesso diferenciado a recursos.

Analiticamente, é possível distinguir três vias principais de produção de vulnerabilidades. A primeira via envolve mecanismos estruturais: segregação residencial, precarização do trabalho e concentração de desvantagens em determinados territórios são processos que, de forma sistemática, confinam populações específicas em condições de maior exposição a riscos. A segunda via diz respeito a mecanismos institucionais: agências estatais, mercados e instituições filantrópicas tomam decisões que, intencionalmente ou não, tendem a reproduzir vulnerabilidades por meio de critérios de elegibilidade, regras de acesso e modos de gestão. A terceira via referese a mecanismos praxiológicos: em escala do cotidiano, agentes ordinários reproduzem vulnerabilidades através de práticas sedimentadas em *habitus*, que orientam percepções, expectativas e estratégias (Bourdieu, 1977).

Se vulnerabilidade é processo, então precisamos de um modelo analítico capaz de capturar relações entre essas três vias e suas inscrições no espaço. Bourdieu (2013, p. 133) argumenta que a estrutura do espaço social "tende a se retraduzir" no espaço físico por meio de determinados arranjos distributivos de agentes e propriedades. Wacquant (2023), contudo, sistematiza que essa retradução nunca é perfeita; ao contrário, é frequentemente marcada por

desarticulações, distorções e lacunas entre espaço social, espaço simbólico e espaço físico.

Nessa chave, vulnerabilidade pode ser caracterizada como uma forma específica de articulação socioespacial: situação na qual a projeção entre espaço social, simbólico e físico resulta em acúmulo de desvantagens que reduzem capacidades de agência e acesso a oportunidades. Em vez de tratar vulnerabilidade como propriedade de grupos ou territórios, a proposta é concebêla como efeito de articulações entre classificações simbólicas, distribuições desiguais de capitais e configurações espaciais concretas.

Operar com o processo das articulações socioespaciais também permite problematizar o binarismo frequentemente associado ao uso de índices quantitativos. Quando categorias como "população vulnerável" ou "áreas vulneráveis" são contrapostas a "população não vulnerável", produzse uma dicotomia que tende a naturalizar e reificar diferenças, convertendo efeitos de processos históricos em marcadores quase estáveis de territórios e grupos. A trialética, ao contrário, convida a perguntar em que medida e de que forma os três espaços se articulam, em vez de classificar unidades territoriais em polos opostos.

Quando um território é designado como "vulnerável", Wacquant (2007) mostra como essa estigmatização territorial pode se converter em realidade social com consequências materiais, produzindo aquilo que Bourdieu (2013)1 descreve como prejuízos de localização. Instituições financeiras relutam em conceder crédito a moradores de favelas e periferias; forças policiais intensificam abordagens e operações nesses territórios; serviços públicos e privados de melhor qualidade, como escolas e hospitais, evitam instalarse nesses locais. Além disso, moradores dessas áreas enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que o efeito de descrédito (Goffman, 1988), pelo simples fato de residirem em territórios marcados pelo estigma, leva empregadores a associálos à criminalidade ou à falta de confiabilidade.

[1] No artigo "Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado", Bourdieu (2013) analisa os lucros de localização como forma específica de benefício decorrente das lutas pelo espaço. Partindo dessa ideia, é possível falar também em prejuízos de localização como expressão das perdas associadas à inscrição em territórios estigmatizados ou desvalorizados. Em ambos os casos, a chave de leitura permanece relacional: tratase de entender como posições no espaço social se traduzem em posições no espaço físico e no espaço simbólico, produzindo combinações específicas de vantagens e desvantagens.

Articulações socioespaciais: fundamentos conceituais por meio da trialética

Para operacionalizar articulações socioespaciais como modelo analítico, é necessário primeiro delinear como os três espaços se relacionam e as formas específicas através das quais articulações podem emergir.

O espaço simbólico: poder de nomeação e classificação

O espaço simbólico designa a topografia de categorias cognitivas através das quais recortamos o empírico e classificamos pessoas, lugares, objetos e atividades. No contexto urbano, estas categorias incluem: tipologias de bairros (central vs. periférico, valorizado vs. estigmatizado), categorias étnicas e raciais (que variam histórica e geograficamente), classificações sociais (classe trabalhadora, classe média, elite), entre outras (Wacquant, 2023).

Crucialmente, estas categorias não são meramente cognitivas; possuem poder social real. Quando o Estado nomeia oficialmente um bairro como "zona de risco" ou uma população como "vulnerável", esta nomeação tem efeitos materiais, pois determina alocação de recursos públicos, influencia decisões de investimento privado, afeta autopercepção dos residentes e como são percebidos por terceiros (Bourdieu, 1980).

Uma forma de desarticulação no espaço simbólico ocorre quando categorias de classificação se tornam cristalizadas apesar de mudanças nas realidades que pretendiam descrever. Isto reflete o que pode ser chamado de inércia simbólica (Wacquant, 2023). Um caso típico de inércia simbólica na urbanização brasileira ocorre quando a classificação de certos bairros como "favelas" ou "periferias" permanece nas práticas discursivas e institucionais, mesmo após esses territórios passarem por melhorias urbanas e sociais. Mesmo com infraestrutura renovada e diversificação socioeconômica, continuam sendo representados como espaços homogêneos e marginalizados, o que limita o reconhecimento das transformações ocorridas e perpetua obstáculos ao pleno acesso a serviços e oportunidades.

O espaço social: distribuição desigual de capitais

O espaço social designa a distribuição multidimensional de capitais entre agentes: econômico (dinheiro e propriedade), cultural (educação, conhecimento, habilidades), social (redes, conexões, pertencimento), simbólico (prestígio, reputação, honra) (Bourdieu, 1979).

Uma forma de desarticulação no espaço social ocorre quando há incongruência entre volume e composição de capital. O caso de intelectual com alto capital cultural, mas baixo capital econômico, exemplifica isto. Esta incongruência frequentemente produz o que Bourdieu chamou de *habitus clivé* (*habitus* cindido), ou seja, disposições contraditórias que não encontram condições de reprodução nos contextos da trajetória social.

O espaço físico: materialidade apropriada diferenciadamente

O espaço físico designa a extensão material tridimensional (a cidade, seus bairros, suas infraestruturas) dentro da qual agentes e instituições estão localizados. Este espaço é caracterizado por inércia material: é custoso transformá-lo (requer trabalho, capital, tempo), mas também é relativamente durável (uma vez construído, persiste) (Bourdieu, 2013).

Uma forma de desarticulação no espaço físico ocorre quando há obsolescência da infraestrutura. Áreas que foram planejadas como residenciais de luxo podem ver-se progressivamente abandonadas quando novas áreas se tornam mais atrativas; simultaneamente, estas áreas deterioradas atraem populações pobres que se movem pelos territórios em busca de moradia viável à sua posição.

Percebe-se que analisar as trajetórias de mobilidade nos três espaços é fundamental. Quando agentes experimentam mobilidade geográfica (mudança de residência), social (ascensão ou queda de posição) ou simbólica (mudança de classificação), estas mobilidades frequentemente ocorrem de forma dessincronizada. Uma pessoa pode experimentar ascensão econômica (espaço social) sem mudança geográfica correspondente (permanece em periferia), ou mudança de localização (espaço físico) sem ascensão social (muda para bairro aparentemente melhor, mas permanece em posição de classe baixa). Nesse exemplo, essas dessincronizações produzem formas específicas de vulnerabilidade.

Em contraste com as dessincronizações acima, gentrificação exemplifica processo em que os três espaços se reconfiguram sincronizadamente. Quando agentes com alto capital cultural se movem para bairro periférico (mudança no espaço social), simultaneamente a classificação do bairro transforma-se de "perigoso/pobre" para "autêntico/cosmopolita" (mudança no espaço simbólico), e a infraestrutura é reabilitada (transformação do espaço físico) (Wacquant, 2023).

Implicações analíticas: passando de mensurações para compreensão processual

A diferença epistemológica entre conceber vulnerabilidade como propriedade agregada de grupos ou territórios e concebêla como efeito de articulações socioespaciais tem implicações diretas sobre a forma como pesquisa é conduzida e políticas são desenhadas. Quando vulnerabilidade é tratada como atributo, a análise tende a focar em características de grupo ou área; quando é entendida como processo relacional, o foco deslocase para mecanismos, trajetórias e escalas, bem como para as formas específicas de correspondência entre espaço simbólico, social e físico (Bourdieu, 2013; Wacquant, 2023).

Quando vulnerabilidade é concebida como propriedade, a análise tende a focar em características de grupos ou áreas, formulando perguntas do tipo: "Quais atributos distinguem grupos vulneráveis de não vulneráveis?". Esse tipo de abordagem é compatível com a lógica de índices e indicadores, mas corre o risco de naturalizar diferenças que são produto de processos históricos.

Quando vulnerabilidade é concebida como processo relacional resultante de articulações socioespaciais, a análise desloca o foco para relações e mecanismos. A questão orientadora tornase: "Como vulnerabilidades são socialmente produzidas através de operações nos três espaços?" Esse deslocamento não elimina a utilidade de medidas agregadas, mas as reposiciona como descrições parciais que devem ser articuladas a investigações sobre mecanismos, trajetórias e escalas.

O processo de articulação socioespacial oferece diversas instrumentalidades para uma análise empiricamente informada.

Em primeiro lugar, ele permite produzir diagnósticos diferenciados, perguntando, diante de contextos frequentemente classificados como de "alta vulnerabilidade", qual tipo de articulação socioespacial está operando: se se trata de convergência negativa entre estigma territorial, concentração de desvantagens sociais e precariedade infraestrutural, de desarticulações entre esses planos ou de rearticulações em curso. Em segundo lugar, favorece o mapeamento de mecanismos: uma vez identificado o tipo de articulação, é possível investigar os mecanismos estruturais, institucionais e praxiológicos específicos que a produzem. Em terceiro lugar, a matriz trialética oferece recursos para a análise de trajetórias, pois permite rastrear, ao longo do tempo, como se reconfiguram classificações simbólicas, distribuições de capitais e arranjos espaciais em territórios concretos.

Uma vantagem crucial da perspectiva de articulação socioespacial, em relação a leituras apoiadas exclusivamente em índices quantitativos, é que ela oferece espaço para reconhecer a agência de populações vulnerabilizadas. Quando mobilizados de modo isolado, índices tendem a produzir uma visão de populações como receptoras passivas de vulnerabilidades. Esta visão, embora bem-intencionada, frequentemente reproduz o que Wacquant (2008) chama de "vitimização moral": designação de grupos como vítimas que necessitam salvação por agentes externos.

A perspectiva processual reconhece que mesmo em condições de extrema vulnerabilidade, agentes continuamente agem. Comunidades em áreas estigmatizadas desenvolvem formas de organização, redes de solidariedade, estratégias criativas de sobrevivência (Garbin & Millington, 2012).

Em outra dimensão analítica, Acselrad (2015) observa que muitas políticas urbanas contemporâneas operam através do que ele chama de "regulação urbana", ou seja, mecanismos institucionais que administram vulnerabilidades sem eliminar suas causas estruturais. Políticas de habitação social que fornecem moradia adequada em localização periférica exemplificam isto: melhoram uma dimensão de vulnerabilidade (acesso a habitação) enquanto potencialmente perpetuam outras (acesso a trabalho, mobilidade urbana, capital social). A perspectiva das articulações socioespaciais oferece ferramentas para questionar essas políticas de forma processual. A pergunta não é simplesmente "a política reduz vulnerabilidade?", mas "como a política reconfigura os três espaços?"

Considerando, portanto, que os espaços simbólico, social e físico se projetam reciprocamente, ora convergindo, ora divergindo, entende-se que a análise urbana requer sempre indagação sobre como, para quem e com que efeitos essa correspondência se faz (Wacquant, 2023). O conceito de articulação socioespacial refere-se, portanto, à intensidade e à natureza das correspondências entre as três dimensões espaciais. Desse ponto de partida derivam três tipos analíticos:

Articulação socioespacial positiva

Há articulação socioespacial positiva quando correspondências espaciais reforçam posições de privilégio e valorização, ou seja, quando os três espaços se reforçam mutuamente para beneficiar certos grupos, tem-se zonas de privilégio: bairros nobres, condomínios de elite, centros históricos revitalizados (Bourdieu, 1979; Wacquant, 2023). Correspondências entre capital social elevado, valorização simbólica e dotação privilegiada de infraestrutura perpetuam exclusões através de mecanismos de fechamento espacial e simbólico.2

Articulação socioespacial negativa

Há articulação socioespacial negativa quando correspondências espaciais reforçam vulnerabilidade e estigmatização, ou seja, nos casos em que a correspondência entre espaços reforça desvantagens e estigmas, há reprodução da vulnerabilidade: periferias sociais e urbanas, favelas e conjuntos habitacionais segregados (Wacquant, 2008). O espaço físico degradado é confirmado pelo estigma simbólico (“perigoso”, “excluído”) e pela concentração de agentes com baixo volume de capitais.

Essa forma de articulação tem como efeito o fenômeno da ancoração socioespacial, conceito já anunciado em outro momento, definido como:

[2] Trabalhamos inicialmente esse processo a partir da noção de “(re)enobrecimento urbano” com base em um estudo de caso da chamada “Nova Prochet” em Londrina, PR (Spera & Kulaitis, 2024). Ao longo dos debates e apresentações do trabalho, tornou-se evidente a necessidade de renomear o fenômeno a fim de não o confundir com os conhecidos processos de gentrificação. Como se trata de lutas pelo espaço que atualizam as propriedades distintivas originais de territórios altamente valorizados, passamos a trabalhar com a noção de “requalificação da nobreza urbana” (Spera, 2025).

> a experiência limitante de mobilidade socioespacial baseada na correlação entre a posição ocupada no espaço social e o lugar ocupado no espaço físico. Em um nível estrutural, este fenômeno está associado à distribuição de agentes e capitais no espaço social reificado e ao controle sobre os lugares urbanos. Já subjetivamente, liga-se à formação de categorias de percepção e apreciação socioespaciais, como "pontos de vista", *habitus*. Acontece que cada lugar tem características limitantes próprias e, portanto, cabe verificar cada caso empiricamente (Kulaitis, 2023, p. 3).

Nota sobre articulação socioespacial negativa e a questão racial

Na leitura bourdieusiana retomada por Wacquant (2023), a raça pode funcionar como capital simbólico negativo: em vez de conferir prestígio, opera como marcador depreciativo que desvaloriza indivíduos e grupos na luta por reconhecimento e recursos. Em sociedades marcadas por desigualdades raciais e segregação, como Brasil, França e Estados Unidos, a racialização associa certos corpos e territórios a atributos de perigo, carência ou desordem, produzindo um "déficit" simbólico duradouro. Esse déficit afeta acesso a oportunidades, respeito institucional e circulação no espaço urbano, ao mesmo tempo que se cristaliza em mapas de cidade que aproximam favelas, *banlieues* e guetos de populações negras ou racializadas (Wacquant, 2007, 2008, 2023).

No contexto brasileiro, esse entrelaçamento entre raça e território foi documentado por contribuições que analisam a inserção urbana da população negra em cidades específicas. Em Londrina, por exemplo, Silva e Panta (2014) mostram como a população negra foi historicamente relegada a áreas de pior oferta de infraestrutura e serviços, enfrentando simultaneamente discriminação racial e exclusão territorial. Nesses casos, raça e endereço funcionam conjuntamente como capital simbólico negativo: a cor da pele e o local de residência atuam como marcas depreciativas que se projetam nos três espaços da trialética, reforçando articulações socioespaciais negativas.

Essa leitura é compatível com abordagens interseccionais que articulam gênero, raça e classe na análise das desigualdades urbanas. Em termos trialéticos, marcadores racializados e de gênero operam, simultaneamente, como classificações simbólicas que organizam o espaço cognitivo da cidade,

como vetores de distribuição desigual de capitais no espaço social e como filtros de acesso à materialidade urbana (Silva & Panta, 2014; Reis & Véras, 2024). Nessas condições, articulações socioespaciais negativas não dizem respeito apenas à pobreza em abstrato, mas à maneira como pobreza, racialização e gênero se reforçam mutuamente na produção de territórios vulnerabilizados e estigmatizados.

Desarticulação socioespacial

Há desarticulação socioespacial quando há desacoplamentos, dessincronizações ou rupturas entre espaços, que podem denunciar crise, oferecer potencial para contestação ou permitir estratégias de mobilidade (Reis & Véras, 2024; Wacquant, 2008). É o caso de bairros em transição/renovação, áreas alvo de políticas habitacionais, zonas de mobilidade populacional ou disputa simbólica. Desarticulação pode ser sintoma de crise (histeresia), mas também janela para mudanças, resistências e agência coletiva (Strand & Lizardo, 2016).

Um processo inicial de desarticulação pode abrir espaço à reclassificação simbólica e à mobilidade, mas pode igualmente produzir novas vulnerabilidades por deslocamento (Wacquant, 2023). Como exemplificado mais acima, desarticulação socioespacial pode ocorrer por inércia simbólica (categorias de classificação anteriores prevalecem sobre espaços físicos transformados); por incongruência entre volume e composição de capital (*habitus* cindido); ou ainda por obsolescência de infraestrutura.

Indicações para aplicação empírica

A perspectiva das articulações socioespaciais foi formulada neste artigo em um registro predominantemente teóricoconceitual, mas já oferece algumas balizas para desenhos de pesquisa empírica. Em linhas gerais, sua operacionalização supõe articular três tipos de decisão: quanto ao material empírico, quanto aos níveis de análise e quanto à seleção de casos.

No que se refere ao material empírico, a análise de articulações entre espaços simbólico, social e físico tende a exigir combinação de fontes. Em contextos urbanos, isso inclui, por exemplo, etnografias de bairros e de

circuitos de mobilidade (Wacquant, 2008, 2023; Garbin & Millington, 2012), entrevistas em profundidade com moradores, agentes estatais e atores do mercado imobiliário, documentos de políticas públicas, dados administrativos e indicadores territoriais já existentes (como o próprio IVS), além de registros históricos de classificações oficiais e midiáticas (nomeações de "favela", "bairro nobre", "zona de risco" etc.). A ênfase recai menos sobre uma técnica específica e mais sobre a capacidade do conjunto de materiais de captar relações entre classificações, posições sociais e configurações espaciais.

Quanto aos níveis de análise, a trialética convida a articular escalas micro, meso e macro. Em escala micro, interessa reconstruir experiências cotidianas de moradores em situações de ancoragem ou desarticulação socioespacial, como trajetórias residenciais, estratégias de mobilidade e percepções sobre o bairro. Em escala meso, a unidade de observação pode ser o próprio território (um conjunto habitacional, uma periferia consolidada, um enclave de privilégio, um bairro em gentrificação) analisado em termos de sua composição social, de suas classificações simbólicas e de sua materialidade urbana. Em escala macro, tratase de situar esses contextos no espaço metropolitano mais amplo, em que se definem hierarquias de acessibilidade, mercados imobiliários e políticas urbanas.

A seleção de casos, por sua vez, pode explorar justamente a diversidade de configurações de articulação e desarticulação. Um desenho comparativo poderia, por exemplo, confrontar: a) periferias marcadas por forte articulação negativa entre estigma territorial, concentração de desvantagens sociais e precariedade infraestrutural; b) enclaves de privilégio em que capital econômico e cultural elevado se combina com alta valorização simbólica e dotação de infraestrutura; e c) áreas em transição, como bairros em processo requalificação, nos quais a desarticulação entre espaços físico, social e simbólico abre janelas para disputas e conflitos territoriais. Em todos esses casos, a unidade de comparação não é apenas o "nível de vulnerabilidade", mas o tipo de articulação socioespacial que estrutura oportunidades, riscos e formas de agência.

A partir do quadro teórico desenvolvido, ao menos três linhas de investigação empírica parecem particularmente promissoras. A primeira diz respeito ao uso da trialética para analisar processos de gentrificação e requalificação da nobreza urbana em metrópoles brasileiras, explorando como a rearticulação sincronizada dos três espaços (mudança na composição social de moradores, reclassificação simbólica de bairros e requalificação física da infraestrutura) pode produzir novas vulnerabilidades para populações previamente residentes, inclusive por deslocamento e perda de redes sociais.

Uma segunda linha envolve estudos comparativos entre enclaves de privilégio e periferias estigmatizadas, tomando como unidades de comparação os tipos de articulação socioespacial que sustentam privilégios e vulnerabilizações. Nesses desenhos, a trialética permite examinar, em paralelo, mecanismos de fechamento e acumulação de vantagens em zonas de alta articulação positiva e mecanismos de estigmatização, ancoragem socioespacial e capital simbólico negativo em periferias racializadas ou historicamente desvalorizadas.

Uma terceira possibilidade consiste em reanalisar dados já existentes de índices de vulnerabilidade, como o IVS, à luz do modelo de articulações socioespaciais. Em vez de tomar o índice como descrição suficiente da vulnerabilidade de territórios, a proposta é utilizá-lo como porta de entrada para selecionar casos, escalas e trajetórias a serem aprofundadas com materiais qualitativos e análises processuais, interrogando, em cada contexto, como se articulam espaços simbólico, social e físico na produção de vulnerabilidades e privilégios.

Por fim, é importante ressaltar que a proposta de articulações socioespaciais permanece, neste momento, programática. Ela não pretende substituir índices ou indicadores existentes, mas oferecer um quadro relacional para orientar investigações que queiram ir além da descrição agregada de "territórios vulneráveis". Nesse sentido, a perspectiva trialética funciona como fundamento teóricometodológico para estudos que busquem mapear mecanismos, reconstruir trajetórias temporais e interrogar simultaneamente a produção de vulnerabilidades e de privilégios nas cidades capitalistas contemporâneas, em diálogo com diferentes combinações de métodos qualitativos e quantitativos.

Limites e potencialidades do modelo: evitando novos binarismos e analisando espaços articulados

O modelo de articulações socioespaciais foi proposto justamente para relativizar o binarismo presente na clássica categorização "vulnerável/não vulnerável", um efeito desviado dos índices quantitativos. Mas é fundamental ter atenção para não o reconduzir, inadvertidamente, à mesma lógica dualista ao aplicá-lo em análises empíricas ou formulações políticas.

Embora a intencionalidade conceitual seja oferecer uma abordagem gradativa, relacional e qualitativa, existe risco de reintroduzir o binarismo se a análise se limitar a marcar apenas onde "há" ou "não há" certa forma de articulação, em vez de explorar os diferentes graus, tipos e formas de articulação possíveis. Isso ocorre, por exemplo, se em mapas, relatórios ou políticas públicas, passamos a classificar territórios, grupos ou fenômenos apenas como "desarticulados" ou "articulados", sem captar os matizes e variações relacionais e situacionais que a perspectiva da trialética socioespacial pressupõe.

Este risco não é meramente teórico. A história da sociologia urbana está repleta de conceitos críticos que, ao serem operacionalizados para fins de políticas públicas ou pesquisa quantitativa, perderam sua nuance original e tornaram-se novas categorias binárias. O conceito de "exclusão social", por exemplo, emergiu como crítica à noção estática de "pobreza", mas frequentemente acabou reproduzindo lógica similar ao criar dicotomia entre "incluídos" e "excluídos" (Wacquant, 2008). Para evitar que o modelo teórico das articulações socioespaciais sofra destino similar, é fundamental adotar precauções metodológicas e epistemológicas.

A primeira precaução é o estabelecimento de uma análise em escala gradativa. Em vez de classificar territórios ou populações como "desarticulados" ou "articulados", a análise deve identificar gradações, trajetórias e formas intermediárias. Um bairro pode apresentar forte articulação entre espaço social e físico (residentes com alto capital ocupam infraestrutura de qualidade), mas desarticulação no espaço simbólico (o bairro permanece estigmatizado apesar de melhorias). Esta complexidade não pode ser capturada através de classificação binária.

A segunda precaução envolve a criação de tipologias multidimensionais. Análises empíricas devem produzir mapas e tipologias que reconheçam múltiplos modos de articulação e desarticulação, inclusive coexistências dinâmicas em um mesmo território ou trajetória social.[3]

A terceira precaução leva ao reconhecimento da dimensão temporal e processual. Articulação e desarticulação não são estados fixos, mas processos dinâmicos. Um território pode experimentar trajetória de articulação

[3] Como demonstra a pesquisa de Reis e Véras (2024) sobre a Região Metropolitana de São Paulo, diferentes dimensões de vulnerabilidade distribuem-se de formas geograficamente distintas, criando padrões complexos que desafiam classificações simples.

positiva (como em processos de gentrificação bem-sucedida) ou de crescente desarticulação (como em processos de desindustrialização e abandono). A análise deve capturar estas trajetórias temporais, reconhecendo que articulação e desarticulação são situacionais e processuais, frequentemente coexistindo em múltiplos níveis.

Uma questão crucial é que a perspectiva das articulações socioespaciais não serve apenas para identificar e analisar rupturas, defasagens e lacunas entre os espaços simbólico, social e físico. Serve igualmente para analisar situações de articulação convergente ou de relativa homologia entre esses espaços. Esta utilidade analítica para investigar espaços articulados opera em ao menos três dimensões.

Quando os três espaços se encontram fortemente articulados em favor de determinados grupos sociais, esta sincronização produz e reproduz posições de privilégio que frequentemente permanecem invisibilizadas em análises focadas exclusivamente em vulnerabilidade. Considere-se bairros historicamente valorizados em centros urbanos: a distribuição dos capitais sociais (residentes com alto volume de capital econômico, cultural e social) coincide com valorização simbólica (o bairro é percebido e classificado como "nobre", "sofisticado", "seguro") e com dotação privilegiada de infraestrutura material no espaço físico (ruas arborizadas, equipamentos culturais, comércio de qualidade, transporte eficiente). Esta tripla articulação não é acidental; resulta de processos históricos através dos quais elites urbanas conseguiram sincronizar os três espaços em seu favor.

A análise desta articulação positiva revela mecanismos de reprodução de desigualdades que são o espelho inverso dos processos de vulnerabilização. Enquanto em periferias urbanas a articulação produz acúmulo de desvantagens, em enclaves privilegiados a articulação produz acúmulo de vantagens. Wacquant (2023) argumenta que compreender a cidade requer análise do espaço social em sua totalidade, não apenas de suas "margens" ou "periferias", mas também de seus "centros" e "topos". A trialética permite precisamente esta análise abrangente.

É possível ainda revisar o conhecido fenômeno de gentrificação. Ele exemplifica o processo em que ocorre rearticulação sincronizada dos três espaços. Quando agentes com alto capital cultural (mas capital econômico variável) se movem para bairros anteriormente periféricos ou estigmatizados, três transformações ocorrem simultaneamente. No espaço

social, a composição de capital dos residentes transforma-se. Agentes com maior volume de capital cultural e social (artistas, profissionais criativos, acadêmicos) substituem gradualmente residentes anteriores com menor volume de capital. No espaço simbólico, a classificação do bairro reconverte-se. Categorias estigmatizantes ("perigoso", "pobre", "degradado") são substituídas por categorias valorizadoras ("autêntico", "cosmopolita", "vibrante", "emergente"). Esta reconversão simbólica não é meramente discursiva; tem efeitos materiais sobre valor imobiliário, investimento comercial e políticas públicas. E, no espaço físico, a materialidade urbana é reconfigurada. Edificações são renovadas, fachadas são restauradas, novos estabelecimentos comerciais surgem, infraestrutura é modernizada. Esta transformação física simultaneamente resulta das transformações nos outros dois espaços e as reforça.

A análise da gentrificação por meio da trialética revela como a sincronização dos três espaços, que poderia, em tese, "reduzir vulnerabilidade" no sentido de melhorar condições materiais, frequentemente produz novas vulnerabilidades para populações anteriores. Residentes de baixa renda que permaneciam no bairro apesar de precariedades encontram-se repentinamente deslocados quando o valor de terra aumenta, o aluguel torna-se inacessível e proprietários vendem a especuladores.

Isto revela limitação crucial de abordagens que tratam vulnerabilidade como propriedade de territórios: a melhoria das condições territoriais (articulação positiva dos três espaços) não necessariamente beneficia as populações vulnerabilizadas que lá residiam. Pode, ao contrário, intensificar sua vulnerabilidade através de deslocamento forçado.

Além disso, espaços positivamente articulados frequentemente desenvolvem mecanismos de fechamento social, processos através dos quais grupos privilegiados excluem outros de acesso a oportunidades e recursos (Bourdieu, 1979). A análise destes mecanismos através da trialética revela como estes operam simultaneamente nos três espaços. No espaço físico, através de barreiras materiais que dificultam a entrada de "indesejáveis". No espaço social, através de requisitos de capital que selecionam quem pode residir ou frequentar o espaço. No espaço simbólico, através de códigos culturais, estilos de vida e formas de apresentação que marcam quem "pertence" e quem é "deslocado", produzindo formas sutis de exclusão que não requerem barreiras físicas explícitas. Essa tripla articulação não apenas

reproduz desigualdades, mas as naturaliza, fazendo com que pareçam decorrentes de "condições individuais" em vez de serem reconhecidas como processos estruturais de exclusão.

O reconhecimento de que o modelo teórico das articulações socioespaciais serve para analisar tanto vulnerabilidades quanto privilégios tem implicações importantes. Para análise comparativa, permite a construção de tipologias que mapeiam diferentes configurações dos três espaços ao longo de um contínuo, desde situações de extrema articulação negativa (como em periferias hiper-segregadas) até situações de extrema articulação positiva (como em enclaves de elite). Esta tipologia revela que vulnerabilidade e privilégio são processos relacionais e que ambos resultam de operações nos três espaços.

Já na dimensão das políticas urbanas, questiona justamente aquelas que focam apenas em "melhorar" territórios vulnerabilizados sem atentar para como estas melhorias podem beneficiar desproporcionalmente agentes externos (como em gentrificação) ou como privilégios em outros territórios são mantidos através de mecanismos de fechamento. Políticas verdadeiramente transformadoras devem simultaneamente reduzir desarticulações que produzem vulnerabilidade e contestar articulações que reproduzem privilégio.

Para pesquisa sociológica, enfim, convida a estudos que analisem não apenas "como os pobres vivem", mas "como os ricos se segregam", não apenas "como periferias são estigmatizadas", mas "como centros são simbolicamente valorizados", não apenas "como infraestrutura é negada a alguns", mas "como é concentrada para benefício de outros". Esta agenda de pesquisa sobre privilégio urbano permanece subdesenvolvida na sociologia urbana brasileira.

Em síntese a utilidade teórico-empírica das articulações socioespaciais reside precisamente em sua capacidade de identificar e qualificar processos, não de classificar territórios como "bons" ou "ruins", "articulados" ou "desarticulados" de forma absoluta (Wacquant, 2023). O modelo estimula o olhar dinâmico para os mecanismos e trajetórias de articulação/desarticulação, servindo tanto para problematizar desigualdades e vulnerabilidades quanto para analisar situações de coesão, privilégio e reprodução de vantagens sociais.

A perspectiva evita o binarismo não por negar diferenças, mas por insistir que elas sejam compreendidas como resultados de processos relacionais operando em múltiplas dimensões simultaneamente, não como propriedades intrínsecas de territórios ou populações.

Adicionalmente, ao revelar que articulações socioespaciais são fenômenos relacionais, que privilégio e vulnerabilidade são coconstituídos através de operações nos três espaços, essa perspectiva oferece fundamento para políticas urbanas cientes de que reduzir vulnerabilidade requer não apenas "assistir" populações vulnerabilizadas, mas transformar os mecanismos estruturais através dos quais articulações privilegiadas e vulnerabilizadoras são simultaneamente produzidas e reproduzidas nas cidades capitalistas contemporâneas.

Assim, "articulação socioespacial" refere-se à intensidade e à natureza das correspondências entre espaços simbólico, social e físico. Importa ressaltar que essa articulação pode reforçar tanto situações de privilégio quanto de vulnerabilidade ou estigma, dependendo do sentido concreto do arranjo topológico estabelecido. Da mesma forma, desarticulações podem denunciar crises, rupturas e vulnerabilidades, mas podem também abrir possibilidades para mobilidade, contestação simbólica e transformações estruturantes.

Considerações finais: rumo a uma ciência social urbana orientada para processo

Os índices quantitativos de vulnerabilidade urbana, por mais sofisticados que sejam em seus procedimentos técnicos, enfrentam limitações epistemológicas quando confrontados com questões teóricas sobre a natureza processual da vulnerabilidade. Eles oferecem "fotografias" estáticas que frequentemente reificam categorias sociais, homogeneizam causas distintas, invisibilizam formas extremas de vulnerabilização e naturalizam desigualdades como propriedades inerentes de territórios ou populações. Esta compreensão não invalida a utilidade procedimental dos índices, mas marca sua inadequação conceitual para fins de compreensão sociologicamente informada.

A perspectiva das articulações socioespaciais, fundamentada na trialética de Bourdieu/Wacquant, oferece alternativa epistemológica distinta. Em lugar de mensurar vulnerabilidade, propõe analisar como vulnerabilidades (e privilégios) são socialmente produzidas através de correspondências entre espaços simbólico, social e físico. Esta perspectiva é fundamentalmente processual: vulnerabilidade é compreendida não como

estado em que um grupo ou território se encontra, mas como resultado de relações historicamente situadas que continuamente expõem determinadas populações a riscos enquanto as priva de recursos para enfrentá-los.

Não se deve associar automaticamente "desarticulação" à vulnerabilidade e "articulação" ao privilégio. A relação entre articulação/desarticulação e processos de vulnerabilização/privilégio é contingente, dinâmica e depende das formas como os espaços simbólico, social e físico se projetam e se reforçam, ou mesmo se ajustam em contextos adversos. Articulação socioespacial, no sentido da trialética de Bourdieu/Wacquant, significa uma correspondência ou reforço mútuo entre posições ocupadas no espaço físico, classificações simbólicas e localização no espaço social. No entanto, nada garante de antemão que essa congruência leve a vantagens sociais ou a diminuição de vulnerabilidades: pode, ao contrário, reforçá-las, cristalizando desvantagens históricas e estigmas.

A desarticulação, por sua vez, pode ser tanto um sintoma de crise e vulnerabilidade (por exemplo, quando uma área degradada perde até mesmo seu sentido de pertencimento e reconhecimento simbólico), como pode abrir brechas para contestação ou transição (quando uma nova dinâmica simbólica desafia a condição de marginalidade, sem que ainda tenha se refletido completamente no social e no físico).

O importante é o diagnóstico dinâmico e relacional. O modelo teórico de articulações socioespaciais não expressa valor positivo ou negativo em si. Ele indica apenas o grau e a natureza da correspondência entre os três espaços. Essa correspondência pode ser positiva (enclaves de privilégio), negativa (concentração e naturalização de vulnerabilidades) ou ambígua (zonas em reconfiguração, áreas de disputa simbólica). A análise deve sempre investigar qual o conteúdo dessa articulação ou desarticulação: está reproduzindo, aprofundando ou contestando desigualdades e estigmas? Está promovendo novas estratégias de agência coletiva, deslocamento de capitais, reversão simbólica etc.? Assim, a análise relacional deve sempre se perguntar: a quem interessa, quem beneficia, quem é prejudicado e que alternativas emergem do modo como os espaços se articulam (ou se desarticulam) em cada contexto urbano?

Concluindo, o modelo de articulações socioespaciais oferece fundamento teórico-metodológico robusto para sociologia urbana que deseje ir além da mensuração de vulnerabilidades para compreender seus processos

de produção. Isto requer pesquisa etnográfica de longa duração, análise de trajetórias temporais, mapeamento de mecanismos institucionais e estruturais, e atenção permanente à agência de populações vulnerabilizadas. Sendo metodologicamente mais exigente que a aplicação de índices quantitativos, esta perspectiva pode oferecer conhecimento sociologicamente mais adequado para fundamentar políticas urbanas transformadoras que simultaneamente reduzam vulnerabilidades e contestem os privilégios que, através dos mesmos mecanismos, são continuamente reproduzidos nas cidades capitalistas contemporâneas.

Referências

Acselrad, Henri. (2015). Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão, 18*(33), 57-68. https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf

Bourdieu, Pierre. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados, 27*(79), 133-144. https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010

Bourdieu, Pierre. (1997). *Méditations pascaliennes*. Éditions du Seuil.

Bourdieu, Pierre. (1980). *Le sens pratique*. Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre. (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre. (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge University Press.

Camargo, Alexandre de P. R., & Daniel, Claudia. (2021). Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. *Sociologias, 23*(56), 42-81. https://doi.org/10.1590/15174522-109768

Costa, Marco Aurélio *et al.* (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras* [Texto para Discussão (TD) 2264]. IPEA. http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257

Garbin, David, & Millington, Gareth. (2012). Territorial stigma and the politics of resistance in a Parisian banlieue: La Courneuve and beyond. *Urban Studies, 49*(10), 20672083. https://doi.org/10.1177/0042098011422572

García-Araque, Jesús, & García-Cuesta, José Luis. (2020). Vulnerabilidad urbana desapercibida e incertidumbre de los métodos estadísticos de identificación. *Papeles de población, 26*(106), 221-260. https://doi.org/10.22185/24487147.2020.106.37

Goffman, Erving. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Guanabara.

Kulaitis, Fernando. (2023). Bourdieu in the city – Challenging urban theory, de Loïc Wacquant. *Mediações, 28*(3), 1-5. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2023v28n3e48411

Porto, Marcelo F. de S. (2011). Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 31-58. https://doi.org/10.4000/rccs.133

Reis, Maria José, & Véras, Maura P. B. (2024). Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. *Cadernos Metrópole, 26*(60), 537-560. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6007

Santagada, Salvatore. (1993) Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos FEE, 20*(4), 245-255. https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/758

Silva, Maria Nilza da, & Panta, Maria (orgs.). (2014). *Território e segregação urbana: o "lugar" da população negra na cidade*. Universidade Estadual de Londrina.

Spera, André Luis. (2025). *O processo de requalificação da nobreza urbana e a trialética espacial bourdieusiana: o caso da "Nova Prochet" em Londrina (PR)* [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Universidade Estadual de Londrina.

Spera, André Luis, & Kulaitis, Fernando. (2024). Processo de enobrecimento urbano e a trialética espacial bourdieusiana. *Sociologias Plurais, 10*(2), 452-466. https://doi.org/10.5380/sclplr.v10i2.9632

Strand, Michael, & Lizardo, Omar. (2016) The hysteresis effect: Theorizing mismatch in action. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 47, 164–194. https://doi.org/10.1111/jtsb.12117

Wacquant, Loïc. (2023). *Bourdieu in the city: Challenging urban theory*. Polity Press.

Wacquant, Loïc. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.

Wacquant, Loïc. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 98*(1), 183-193. https://doi.org/10.1177/0725513607082003

Recebido: 18 fev. 2026.
Aceito: 5 set. 2026.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0